

2

Edição
2015.2

JORNAL DA FACCOM

Jornal Laboratório
da Faculdade
de Comunicação
da UFBA

A Bahia na maior festa do esporte amador

Páginas 10 a 12

Página 04

Vá de copinho:
use o coletor menstrual

Página 14

Marco civil da Internet
em perigo

Página 16

Estudantes de Itaparica
reclamam por transporte



Carla Risso

EDITORIAL

A segunda edição do JF em 2015.2 já está em clima de Olimpíadas e Paralimpíadas. Nesta edição nosso jornal laboratório relembra a participação da Bahia nas olimpíadas passadas e acompanha os atletas baianos que competirão este ano no Rio de Janeiro. Batemos um papo com Edvaldo Valério, o Bala, que fez história em 2000 em Sidney, Austrália, e começamos a torcida por Robson Conceição e Renê Pereira, que irão representar a Bahia no Rio em 2016. Ainda de olho no esporte baiano, acompanhamos as dificuldades do único time baiano de futebol americano, o Vitória FA.

Esta edição também aborda a polêmica por trás do projeto Internet.org, iniciativa do Facebook que entra em colisão com o Marco Civil da Internet, e investiga as condições de trabalho dos vendedores de ônibus que residem nas chamadas “casas de recuperação” para usuários de drogas. Falamos também sobre o coletor menstrual, o copinho que promete substituir os absorventes, a presença das religiões japonesas em Salvador, e a volta dos discos de vinil ao mercado baiano. Tá bom ou quer mais? Corre pra ler que ainda tem mais JF este semestre! *Gabriela Medrado (da redação do JF)*



**JORNAL
DA FACOM**

Abril 2016

Jornal Laboratório da Faculdade de
Comunicação da Universidade Federal da Bahia
Rua Barão de Geremoabo s/n, Campus de Ondina
CEP 40.170-115 Salvador – Bahia - Brasil

EXPEDIENTE

Produção da disciplina
Oficina de Jornalismo Impresso
Primeira edição, semestre 2015-2

Reitor: João Carlos Salles

Diretora da Facom: Suzana Barbosa

Coordenação Editorial: Graciela Natansohn-DRT/BA 2702

Edição de Arte e Diagramação: Carla Risso, - MTb 19.260

Editor chefe: Matheus Buranelli

Editores: Bruno Luiz - Política & Cidade
Josenildo Moreira - Cultura & Comportamento
Marina Fraga Maia - Ciência & Tecnologia
Yananda Lima - Fotografia

Repórteres (turma 2015.2) Ana Cely Lopes, Barbara
Gomes, Bruno Luiz, Carla Letícia Pereira Oliveira, Crislane
Almeida, Gustavo Leões, Ítalo Cerqueira, Jonas Lima,
Josenildo Moreira, Júlia Vigné, Maria Landeiro, Mariana
Caldas, Mariana Jorge, Marina Fraga Maia, Paloma Moraes,
Paula Holanda, Rai Guerra, Rebeca Bhonm, Saville Alves,
Thiago Conceição, Thiago Freire, Yananda Lima

Fotógrafos: Gabrielle Guido/LabFoto, Lizandra Santana/
LabFoto, Ítalo Cerqueira, Carolina Pereira/LabFoto, Dudu
Assunção/LabFoto

Projeto Gráfico: Amanda Lauton Carilho/EDUFBA

Distribuição gratuita

Contato: jornaldafacomufba@gmail.com



Reprodução / Facebook

Além da dor da ausência de Davi, família vive drama da impunidade

Cadê a justiça para Davi Fiuza?

Polícia Civil culpa policiais militares por desaparecimento e morte do jovem, mas crime pode ficar impune

Bruno Luiz

Enquanto neste domingo (8) mães pelo Brasil comemoram seu dia, Rute Fiuza reaviva novamente sua maior dor. Pelo segundo ano seguido, ela passará a data sem o filho, Davi Fiuza. O adolescente, então com apenas 16 anos, desapareceu na manhã da sexta-feira de 24 de outubro de 2014, durante uma abordagem da Polícia Militar na Rua Vila Verde, bairro de São Cristóvão, em Salvador. Aliás, dona Rute não reaviva a dor. Só se reaviva o que morre e o sofrimento dela não morreu. Ele não tem descanso, nem nunca terá.

Passado um ano e seis meses, Rute teve a notícia mais cruel que uma mãe poderia receber: Davi está morto. Foi sequestrado, assassinado e teve

o corpo escondido. Ao contrário do que se pode pensar, o crime com requintes de crueldade não foi cometido por bandidos comuns. A autoria é de 23 policiais militares. As conclusões são do inquérito instaurado pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), que investigou o desaparecimento do jovem. Os agentes foram indiciados por homicídio, ocultação de cadáver e formação de quadrilha.

Não bastasse o sofrimento pela morte de Davi, dona Rute convive agora com outra angústia: a da impunidade. Ela precisa enfrentar a resistência do DHPP em enviar o inquérito ao Ministério Público da Bahia (MP-BA), que pode investigar o crime, denunciar à Justiça e pedir a condenação dos policiais. Apesar de demonstrar cansaço, a mãe do adolescente é capaz de se agigantar e dar demonstrações da força com

“ Há um genocídio aqui na Bahia e Davi foi um dessas que foi vítimas ”
Rute Fiuza

a qual lutou por respostas sobre o desaparecimento do filho. Em vídeo publicado no site Ponte Jornalismo - sua primeira aparição desde que se afastou dos holofotes por receber ameaças de morte - Rute denuncia a aparente inércia da Polícia Civil em levar o caso ao MP-BA.

Entre expressões que alternam repulsa e revolta, características da dureza e firmeza da mulher que precisa encontrar forças para lutar por justiça, ela afirma que Davi foi vítima de um “holocausto” promovido pelos policiais. “Decidiram fazer o holocausto do meu filho. Tem o batismo que eles fazem. Depois disso, eles foram agraciados entrando na Polícia Militar”, lamenta referindo-se ao fato de que, dos 23 agentes da corporação envolvidos no crime, 19 eram alunos do curso de formação da PM. O corpo do adolescente, até hoje não encontrado para que a família pudesse enterrá-lo, serviu como o diploma dos policiais na faculdade do extermínio, segundo apontam as investigações.

Decepcionada com o Estado brasileiro, que patrocinou a morte do seu filho, Rute parece não acreditar na justiça dos homens. Sem ter a quem recorrer, ela se agarra apenas à justiça divina. Possa ser que ela tarde, mas não falhe. “Como mãe, me sinto em uma situação difícil neste momento. Chegaram a chamar meu filho de Amarildo da Bahia, um título que não me enobrece em nada. Agora, me sinto desprotegida. Apesar de crer na proteção divina, nem sempre é o suficiente. Mas vou continuar lutando para haver justiça nesse caso”, afirmou.

A dor do desaparecimento de Davi é também sentida pela irmã, a estudante de Jornalismo Camila Fiuza. A saudade do caçula da família volta e meia aparece e são diminuídas apenas pelas fotos, as únicas coisas que restaram do adolescente. Por ser o mais novo, Camila também sempre se sentiu na obrigação de protegê-lo. Não conseguiu, entretanto, evitar que o pior acontecesse. “Infelizmente, quando ele foi raptado pelos seus assassinos eu não estava presente. Hoje a minha maior vontade é voltar para o dia 24 de outubro e não deixá-lo sair de casa. Sinto tanta saudade dele”, conta em um relato tocante e emocionado ao Jornal da Facom.

Camila conta que sua vida mudou totalmente após o desaparecimento do irmão. Após um período com síndrome do pânico em que teve que trancar disciplinas na faculdade, ela conseguiu retornar à instituição e hoje tenta retomar a vida ao lado da família. Mas nada é mais como antes porque falta Davi. E neste domingo, enquanto mães comemoram seu dia, Rute rememorar a sua maior dor. Um sentimento que não tem remédio, nem nunca terá. Que não tem sossego, nem nunca terá. Que não tem juízo.



Gabrielle Guido/Labfoto

E você, já conhece o copinho?

Mulheres baianas aderem ao uso do coletor menstrual

Gabriela Medrado

Sabia que durante a vida fértil uma pessoa que menstrua pode gastar até R\$9.000 só com absorventes e descartar de 10 a 15 mil deles na natureza? Já pensou em passar pela menstruação sem bagunça, vazamento, mau cheiro, e de quebra ajudar o meio ambiente? É possível sim. A utilização do coletor menstrual como substituto dos absorventes vem conquistando cada vez mais adeptas na Bahia, sobretudo entre as jovens. Apesar de ter sido criado na década de 30, o “copinho” menstrual chegou ao mercado brasileiro no fim de 2010, e seu uso tem ganhado notoriedade a partir de comunidades no facebook e da divulgação das próprias usuárias.

PÁGINA 4 | CULTURA & COMPORTAMENTO

Elas citam o coletor como uma forma de ter mais conforto durante o período menstrual e conhecer melhor o próprio corpo. “Com o coletor consegui entrar em contato com meu corpo de uma forma mais íntima, mais próxima” afirma Carolina Heleno, que utiliza o copinho há cerca de um ano. O produto também tem sido uma alternativa para homens trans que ainda menstruam, principalmente pela discríção.

Conhecendo o coletor

O coletor menstrual é um copinho flexível e hipoalergênico em formato de taça, geralmente feito de silicone medicinal ou TPE, que coleta o sangue da menstruação. Ele é introduzido no canal vaginal e impede o contato do fluxo com o ambiente externo, podendo ser mantido no corpo por até 12h sem precisar ser trocado. Seu uso é considerado como uma alternativa mais ecológica e higiênica ao uso de absorventes, por ser reutilizável e evitar a proliferação de bactérias. Outro fator importante é o fato de o coletor não in-

terferir na lubrificação natural da vagina, o que ajuda a diminuir o risco de infecções (ao contrário dos absorventes internos).

A preocupação com o meio ambiente e a economia são fatores recorrentes na preferência das usuárias pelo copinho. Estima-se que cada mulher utilize entre 10 e 15 mil absorventes durante sua vida fértil, e que estes levam cerca de 100 anos para se decompor. Logo, o uso de absorventes descartáveis está ligado a uma enorme produção de lixo, enquanto o

coletor pode ser reutilizado durante 5 a 10 anos. Este tempo de utilização maior implica também em um preço mais baixo a longo prazo, uma vez que um coletor custa em média R\$80, enquanto os gastos com absorventes descartáveis de uma pessoa só podem somar até R\$9.000 ao longo da vida.

Para a estudante de design Juliana Argollo, um dos maiores benefícios do copinho é o conforto. “O absorvente sempre incomodou, você fica achando que tá aparecendo na roupa, aí fica ajeitando, a aba sai do lugar, tem que ficar tro-

“Me conheci mais. Eu descobri que não menstruo tanto quanto eu imaginava.”
Luana Burgos

cando toda hora porque você se sente suja e úmida”, afirma. Fabricantes e usuárias afirmam que, quando utilizado corretamente, o coletor não vaza, não é sentido no canal vaginal, e não produz cheiros, podendo inclusive ser utilizado para ir à praia ou piscina e praticar atividades físicas. Contudo, geralmente é necessário um período de adaptação para aprender a colocar e tirar o coletor da forma certa, e durante esse tempo é possível que ocorram vazamentos. “No início você vai fazer várias coisas erradas, vai pensar que tá num filme do Tarantino, mas você vai se adaptando”, brinca a estudante Luana Burgos.

“ Eu não encostava na minha menstruação, até tomar banho eu achava nojento ”
Juliana Argollo

Empoderamento feminino

O conhecimento do próprio corpo é um dos benefícios do uso do copinho mais citados pelas usuárias. “Fiquei mais curiosa com meu corpo, queria saber como é o cheiro do sangue, que é totalmente diferente quando ele fica no absorvente”, conta Carolina. O autoconhecimento foi importante também para Luana. “Me conheci mais. Descobri que não menstruo tanto quanto eu imaginava. Também fui procurar saber mais sobre a saúde da vulva e da vagina”. Para Juliana, o uso do coletor representa uma mudança na relação com a própria menstruação. “Eu não encostava na minha menstruação, até tomar banho eu achava nojento. Depois que bota o copinho você vê que não é nada demais, é uma ‘parada’ que sai de você e pronto. Não fede, não mancha nada”. A revendedora e usuária de coletor Suzana Matsuda, criadora da página Bem Me Vi, incomoda-se menos com a menstruação após o coletor, e atenta para a importância da observação da menstruação para a saúde feminina: “Hoje consigo perceber a relação que ela tem com minha alimentação e estilo de vida durante aquele mês, como uma expressão do corpo ao nosso cuidado e atenção com ele”, reflete.

Devido a sua divulgação na internet e aos grupos de discussão criados em torno do assunto, o uso do coletor também criou uma espécie de rede de apoio entre as usuárias. Para Carolina, a troca de experiências entre as mulheres é importante. “O cuidado com nosso corpo vem nos aproximando e também incentivamos outras mulheres a usarem”, diz a estudante. Ela atenta para a formação de uma “rede de empoderamento” entre as mulheres. “O corpo da mulher sempre foi tratado apenas como reprodutor ou de forma sexual e objetificada, nós estamos tratando nosso corpo de forma livre”, assegura.

“Assim como o feminismo tem sido debatido cada vez mais, é por essa troca de experiências entre nós que conseguimos nos fortalecer e às nossas irmãs”, reflete Suzana Matzuda. Luana conta que fez várias amigas por causa do coletor e brinca com a própria empolgação: “Ando com o copinho na bolsa, saio mostrando pra todo mundo. Faço parte das ‘testemunhas do copinho’, virou quase uma religião”, afirma entusiasmada.

Receios

O copinho é vendido em Salvador apenas pela internet e por revendedores. Para a ginecologista Daniela Passos, é uma alternativa difícil de promover para as pacientes pois é complicado de ser encontrado. “As pessoas não aceitam muito aquilo que você não tem como demonstrar, eu vou ao mercado e não vejo, então é uma coisa que já limita”.

Outra questão apontada é o tabu que envolve a utilização do copinho. Quando se trata de produtos para uso dentro da vagina e que precisam ser colocados com as próprias mãos, encontra-se bastante resistência das consumidoras. “Infelizmente, tudo que sai da rotina tudo que envolve a manipulação [da vagina], as pacientes têm uma dificuldade para aceitar”, relata a ginecologista, que cita também o caso da camisinha feminina e o anel vaginal, que ainda encontram certa resistência entre as brasileiras. “A ‘mulher pura’ não pode se tocar por moralismo”, afirma Luana. A falta de conhecimento dos próprios profissionais da área de ginecologia sobre o produto também contribui para o receio por parte das consumidoras. No entanto, o surgimento de novas marcas nacionais promete aumentar a divulgação.



site oficial da Inciclo

Gabrielle Guido/Latfoto



(Ao lado) Diversas dobras podem ser utilizadas para inserir o coletor.

(Acima) O copinho fica localizado na entrada do canal vaginal, diferente do absorvente interno, que fica próximo ao colo do útero.

Serviço

Grupo no Facebook:

<https://www.facebook.com/groups/ColetoresBrasilMenstrualCups/?fref=ts>

Onde encontrar:

Inciclo: <http://www.inciclo.com.br/> (marca nacional)

Fleurity: <http://fleurity.com.br/> (marca nacional)

Holy Cup: <http://www.holycup.com.br/> (revenda)

Vai de Copinho: <http://www.vaidecopinho.com/> (revenda)

Imateva: <http://www.imateva.com.br/> (revenda)

Farmácia Pague Menos: <http://loja.paguemenos.com.br/>

Desculpa incomodar a viagem de vocês

O desafio de jovens residentes de “casas de recuperação” que trabalham com a venda de kits nos ônibus da cidade

Thiago Conceição

A cordar cedo, rezar, preparar os kits e viajar. Este é o cotidiano de muitos jovens que residem em lares coordenados por grupos religiosos para abrigar dependentes químicos - “casas de reabilitação”, como são chamados -, localizados na Região Metropolitana de Salvador. O caminho para a capital marca o início de mais um dia de trabalho. Nas mãos, produtos ensacados e fixados em folhetos de divulgação. Em Salvador, começa a rotina de trabalho nos ônibus. O vendedor se posiciona na parte da frente do veículo, geralmente acompanhado por um colega que distribui os kits entre os passageiros. Em voz alta, inicia: “desculpa incomodar o silêncio da viagem de vocês”.

A voz é de Marco Antônio, que lidera uma entidade localizada em Barra do Jacuípe, Camaçari. Além de vender e comandar a entidade, também acompanha alguns jovens que trabalham nos ônibus. Junto a ele, são mais três vendedores que atuam por toda extensão da orla da cidade e na Avenida Paralela. A meta de venda é de 100 kits por dia. O vendedor recebe 30% do que foi vendido de segunda a sexta-feira. Entretanto, a maioria deles raramente consegue vender a quantidade necessária, admite Antônio. “A maioria só consegue vender entre 60 a 80 kits, mas não tem nada que os obrigue a bater essa meta”, argumenta. A relação com os usuários de ônibus pode dificultar o alcance da meta. “É um trabalho árduo. Existem pessoas que escondem kits distribuídos, amas-



Carla Rizzo

sam os doces para que outras pessoas não comprem”, conta Antônio.

Em outro ônibus da cidade, um jovem cita trechos bíblicos. Wellington Santos traz nas costas uma mochila com sacolinhas de doces variados: balas mastigáveis, chicletes, pastilhas. Ele já trabalhou para uma organização religiosa localizada em Vilas de Abrantes, Camaçari. O rapaz que hoje é autônomo conta sobre o período que passou como residente da entidade. “Já tem dois anos que trabalho para mim. Antes disso, foram dois atuando pelo grupo”, conta.

Encostado em uma das cadeiras do veículo, lembra como funcionava a logística de trabalho do grupo. A rotina nos ônibus acontecia de segunda a sábado. “A gente saía todo dia com 100 kits. A meta era vender todos”, explica. Apenas no sábado ele recebia o pagamento. O valor que ganhava era proporcional ao desempenho nas vendas - R\$ 200 reais quando alcançava a meta diária. Ao final do dia, qualquer sacolinha de doce que ficava na mochila era um aviso de desconto na sua remuneração. Atualmente o baleiro lucra entre R\$ 1 mil e R\$ 2 mil por mês. Um sorriso surge em seu rosto ao falar sobre como melhorou sua condição de trabalho.

Quem dita o jogo

Os vendedores que realizam esse trabalho de divulgação e venda de produtos em nome de uma

organização religiosa que não é regularizada ficam reféns de uma lógica de trabalho arbitrária. A atividade organizada por um local que não tem CNPJ contribui para o desamparo de muitos jovens residentes. Enquanto isso, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) não tem nenhum tipo de informação nem fiscalização. “Esse é um tipo de atividade que não tem qualquer tipo de regulamentação”, conta Flávio Nunes, auditor fiscal do MTE.

“Acho que o Ministério do Trabalho tem que entender que também é um trabalho”, desabafa Santos. Ele é associado à União dos Baleiros de Salvador (Unibal), fundada em 2003. A instituição foi criada para dar reconhecimento à atividade e lutar pela liberação do comércio de produtos no interior dos ônibus da capital. Em 2004, o prefeito João Henrique assinou uma portaria que derrubou o Decreto Municipal 9711/92, que vedava a comercialização nos coletivos. Para trabalhar como baleiro, é necessário se cadastrar junto à Secretaria Municipal de Ordem Pública (Semop).

Livre de controle de meta e lógica de trabalho abusiva, Santos sente orgulho da sua profissão. “São com esses kits que garanto o meu sustento. Graças a Deus hoje tenho uma condição de trabalho diferente”, diz. O baleiro olhava para a janela, quando percebeu que chegou a hora de descer. Mais uma vez, vai para frente do ônibus e se despede dos passageiros: “Obrigado pela atenção, tenham todos um bom dia”.

“Essa é uma atividade complicada, mas também é trabalho”

Marcas do Oriente pela Bahia

A expansão da arte oriental em Salvador conquista cada vez mais adeptos



Lizandra Santana/Labfoto

Integrantes do Grupo Wadô se reúnem aos finais de semana para os treinos.

Raí Guerra

Para quem gosta de sushi, dança oriental ou quer aprender a falar japonês, Salvador oferece uma vasta lista para estas atividades. É notável a expansão e o crescimento de culturas estrangeiras – em especial a japonesa – na cidade. Manifestações artísticas são fontes de inspiração para jovens brasileiros e descendentes de japoneses se manterem ora estudando, trabalhando ou como integrantes de grupos que preservam a cultura oriental.

A Imigração Japonesa em Salvador teve início do século XX, quando navios chegaram aos portos de São Paulo e Paraná. Nesse período, diversas famílias de lavradores vieram para o interior paulista à procura de melhores condições de vida. De lá para cá, a expansão dos costumes orientais foram se espalhando por todo o Brasil. Atualmente, estima-se que há mais de um milhão de descendentes japoneses (chamados de nikkei) no país, cuja maioria reside em São Paulo e Paraná.

Comunidade nikkei

Para confraternizar as pessoas de afinidade com a cultura japonesa – seja para entretenimento ou para prática de esporte –, foi fundada na década de 1970, a Associação Cultural Nippo-Brasileira de Salvador (Anisa), congregando japoneses radicados, descendentes e os que vieram a trabalho, com residência temporária. Desde a sua criação, há 40 anos, a diretora cultural, Lika Kawano, reforça a

ideia de que a Associação tem como principal objetivo a divulgação da cultura japonesa na capital. “A Anisa foi criada pela necessidade de um pequeno grupo de japoneses – e descendentes – de se reunir e fazer atividades juntos, para expansão dos valores orientais”, afirma.

Expressões artísticas

A expansão das comunidades orientais reflete a capacidade acolhedora da cidade. Em 2008, ano do Centenário da Imigração Japonesa em Salvador, estas tradições ganharam destaque. O Grupo Cultural Wadô – que em português significa União Harmoniosa e é um dos projetos culturais da Anisa – reúne manifestações artísticas como taiko, yosakoi soran e matsuri dance e completa em 2016 oito anos de existência. Atuando em vários locais, como em São Paulo, já conquistaram vários prêmios em festivais.

O Matsuri dance surge como iniciativa de Lika, coordenadora do grupo há cinco anos, que explora a temática da dança com traços tanto orientais quanto abraçados. Lika revela que “é uma dança integrativa, não havendo grupo fixo de dançarinos e, portanto, aberta a qualquer público”. O Taiko, ou “tambor japonês”, é visto como símbolo cultural e religioso. A popularização do instrumento se deu a partir do ano de 2002, com workshops realizados no Sul e Sudeste, ministrados por professores japoneses. O Taiko mistura a sonoridade e os movimentos feitos pelos tocadores. Em 2008 surgiram grupos de taiko no Nordeste, chegando

até cidades como Barreiras, Juazeiro e Salvador. Já o Yosakoi Soran parte da junção de uma dança tradicional e outra que simula movimentos inspirados no ofício dos pescadores. As primeiras apresentações dessas manifestações culturais ocorriam de forma separada, em vários cantos da cidade. Com o passar do tempo, se uniram num espetáculo que também incorpora elementos como o pop, o rock e até o hip-hop.

A maioria dos integrantes são brasileiros, admiradores da cultura nipônica. Leonardo Bocanera, arquiteto, 25 anos, chegou ao grupo em 2012 e é um dos integrantes mais veteranos do Wadô. “Entrei porque assisti a apresentações do grupo, convidado por amigos, e fiquei encantado. Saía dos eventos com vontade de aprender e participar também”, declara. O grupo também já recebeu, em Salvador, tocadores de outras cidades do Brasil. “Já recebemos diversos grupos de fora, como o Sansey e o Ishindaiko de Londrina, e até mesmo o Taiko Project, grupo de Los Angeles conhecido em todo o mundo”, pontua Leonardo.

Com o objetivo de conciliar o desempenho harmonioso entre os membros, os treinos do grupo acontecem aos finais de semana, no Espaço Xisto, nos Barris, das 13h às 19h. Segundo Lika, “o espírito de união, a responsabilidade e a disciplina são essenciais para o desempenho do grupo, tanto na vida pessoal quanto profissional”. O Wadô também participou na fundação de dois novos grupos no interior baiano: o Oompa taiko, em Barreiras e o grupo Doshindaiko, em Juazeiro.

Novas formas de se conectar ao divino

Em Salvador, Seicho-No-Ie e Igreja Messiânica Mundial se destacam entre as novas religiões orientais

Ítalo Cerqueira

Em momentos difíceis da vida é comum buscarmos algo que nos traga conforto e força. A assistente social Ana Neta, 58, passou por isso em sua juventude. Ao descobrir que sua mãe estava com câncer terminal, Ana buscou na sabedoria japonesa da Igreja Messiânica a assistência, os ensinamentos e os Johreis – oração que transmite a energia espiritual ao seu semelhante por meio da imposição das mãos –, que a ajudaram a lidar com os problemas que estava passando. “Eu sempre tive essa necessidade de buscar algo que me desse razão para que eu convivesse com tantas coisas que estão fora do natural”, explica.

A aposentada Alzira Alves, 56, também passava por diversos problemas em sua vida. Acumulava dívidas, estava com dificuldades em seu trabalho e desentendimentos em seu lar, quando decidiu buscar ajuda na Seicho-No-Ie. “Identifiquei-me com as palavras da verdade, onde fui muito bem recebida e, ao estudar o ensinamento, transformei a minha vida em todos os sentidos”, revela.

A Igreja Messiânica e a Seicho-No-Ie são consideradas as duas maiores das novas religiões orientais no Brasil. A sua presença por aqui é um legado da imigração japonesa. Diferentemente de São Paulo, Salvador não recebeu um grande fluxo de imigrantes japoneses no século XX, porém é possível perceber pelas ruas da cidade, templos

destas duas igrejas. No Censo 2010 do IBGE, 4.917 soteropolitanos se declararam fiéis a alguma nova religião oriental, um número pequeno, mas expressivo se considerarmos a tradição local de religiões de matrizes cristã e africana.

No início, essas religiões eram restritas apenas aos grupos nipônicos, mas a partir da década de 70 houve um aumento de adeptos não descendentes. Nas duas há aspectos em comum, como a centralidade na figura de seu fundador (Matsuharu Taniguchi na Seicho-No-Ie; Mokiti Okada na Igreja Messiânica), o agradecimento aos antepassados, o estreitamento da relação do homem com a natureza e o cultivo da espiritualidade acima da materialidade. Além disso, as suas doutrinas dialogam com o cristianismo, budismo e xintoísmo.

Em cada encontro para a Seicho-No-Ie, ou culto para os Messiânicos, é possível perceber que grande parte de seus fiéis são pessoas que não têm ascendência japonesa. São vários os motivos que as levam às Igrejas japonesas, mas muitas alegam que sua antiga crença não as satisfazia espiritualmente. A atriz Clara Paixão, 31, detalha que já passou por cinco religiões diferentes, com as quais ela não conseguia se identificar. A partir do convite feito por sua irmã, ela conheceu a Igreja Messiânica.

“A Igreja foi transformando minha vida, principalmente em um período que eu tinha muito conflito com meu pai, e me ajudou a resolvê-lo sem

“Se você acredita em um Deus universal, então você está no caminho certo”
Marcos Santos

“A utilização da mídia nesses meios religiosos tornou-se central como forma de divulgação da doutrina”



coerção, nem imposição. Aqui eu fui aprendendo as coisas pelo despertar da minha própria consciência”, explica a atriz que está há 17 anos na Igreja Messiânica.

A dona de casa Idamaries Leal, 46, conheceu a Seicho-No-Ie por um acaso, ao receber de uma amiga uma revista da Igreja. “Ao lê-la eu me apaixonei, depois comecei a frequentar as reuniões”, declara. Por muito tempo Idamaries foi católica e afirma que há diferenças e similaridades entre ambas as religiões. “A Seicho-No-Ie e a Igreja Católica acreditam em Deus, conhecem Jesus Cristo como salvador e grande orientador. [Porém] Seicho-No-Ie é uma religião espiritualista”.

Tanto a Igreja Messiânica quanto a Seicho-No-Ie pregam que as religiões devem dialogar e estar abertas para o que cada uma tem a ensinar. De acordo com o supervisor administrativo da Seicho-No-Ie em Salvador, Marcos Santos, geralmente as religiões buscam o mesmo objetivo. “Se você acredita em um Deus universal, então você está no caminho certo”, pontua. Para o ministro André Oliveira da Igreja Messiânica, não há motivos para seguir uma fé e esquecer a outra. “Quando o cristão vem conhecer a Messiânica, a gente não cria um conflito com a crença anterior”, diz Oliveira.

As duas igrejas têm abrangência mundial e a pregação no Japão é a mesma que acontece no restante do mundo. Ao longo do tempo, foram necessárias adequações nas celebrações religiosas de acordo com o local onde cada uma atua. “Nós tínhamos na



Italo Cerqueira



Carolina Pereira / Labfoto

(à esquerda) Preletora da Seicho-No-Ie faz leitura aos fiéis.

(à direita) Ministro celebra culto mensal na Igreja Messiânica.

Seicho-No-Ie, o uso de um quimono para o oficiante de um casamento, hoje já é paletó e gravata para os homens e o blazer para mulheres. O canto evocativo agora é em português e não mais em japonês”, exemplifica Santos. A Igreja Messiânica também faz adaptações à cultura local. “Observamos, no ritual dos cultos, que as oferendas são diferentes de cada lugar. Além disso, atualmente, nós mantemos apenas uma oração em japonês”, conta Oliveira.

Em pesquisa publicada por Gilberto Castilho e Marília Godoy da Universidade São Marcos em 2008, elementos comuns entre as matrizes religiosas do Brasil e do Japão facilitam a interlocução entre os brasileiros não descendentes, principalmente quando se trata do sincretismo religioso. “Dentre esses elementos destacam-se a presença comum nesses países de práticas sincréticas, uma multifiliação religiosa e um grande campo de religiosidade popular”, destacam.

Assim como as igrejas neopetencostais, o grande uso dos meios de comunicação, como televisão, revistas e internet, é outro fator apontado para a adesão de brasileiros às novas religiões orientais. “A utilização da mídia (...) tornou-se central como forma de divulgação da doutrina a expressão de um movimento mobilizado na cultura virtual”, apontam os pesquisadores.



Seicho-No-Ie

Igreja Messiânica Mundial

Data de fundação no Japão

1º de março de 1930

1º de janeiro de 1935

Ano de fundação no Brasil e em Salvador

Brasil – 1951
Salvador – 1975

Brasil – 1955
Salvador – 1971

Principais práticas religiosas

Meditação Shinsokan:

Por cerca de 30 minutos diários, o praticante busca visualizar a perfeição de Deus e harmonizar a sua vida.

Johrei: Oração que transmite a energia espiritual ao seu semelhante por meio da imposição das mãos.

Cerimônia de Gratidão aos Antepassados:

Encontro de oração para transmissão de boas energias aos antepassados.

Agricultura e alimentação natural:

Apenas através de processos de fertilização e plantios naturais, os alimentos poderão ter nutrientes fortalecidos, que serão repassados ao corpo com toda sua energia vital.

Oração Perpétua: É feita uma inscrição para a pessoa interessada (ou seu familiar vivo ou não) receber eternamente orações.

Belo: A arte é a sua representação. Ela enobrece e eleva o caráter do homem.

No altar

- Representação da Imagem Verdadeira
- Alimentos como oferendas
- Velas

- Ikebana
- Alimentos como oferendas
- Imagem da Luz Divina
- Imagem de Mokiti Okada

O comando das cerimônias é feito por:

Preletor (a)

Ministro (a)

Livro principal

Coleção A verdade da Vida

Coleção Alicerce do Paraíso

Localização da sede central em Salvador

R. General Labatut, 48, Barris.

Rua Comendador José Alves Ferreira, 212, Garcia.

Contato e site

(71) 3328-3744 e 3328 - 7229 | www.sni.org.br

(71) 3329-8000 | www.messianica.org.br

Bahia nas (Para)Olimpíadas

Matheus Caldas

Os Jogos Olímpicos serão realizados pela primeira vez na América do Sul. O Brasil, mais especificamente o Rio de Janeiro, recebeu o privilégio de abrigar a maior festa do esporte, que acontece entre os dias 5 e 21 de agosto deste ano. Em setembro, de 7 a 18, é a vez das Paralimpíadas, para atletas portadores de deficiência. A Bahia terá representantes com chances de medalhas nos dois eventos. No entanto, caso a conquista venha, não será a primeira vez que um baiano subirá no pódio olímpico.

Em 2000, nas Olimpíadas de Sidney, Ian Thorpe, pela Austrália, vencia Gary Hall Jr., do time americano, na batida de mão. Os donos da casa se consagravam campeões olímpicos no revezamento 4x100 livre, na natação. No entanto, o dia foi especial não só para os medalhistas de ouro. Na briga pela terceira posição, a história foi feita pelo time brasileiro, em especial, por um baiano: Edvaldo Valério, o Bala. Nos 50 metros finais, o soteropolitano superou os russos e garantiu a medalha de bronze para o Brasil, consagrando um time composto também por Fernando Scherer - o Xuxa -, Gustavo Borges e Carlos Jayme.

Valério teve papel de destaque. O time brasileiro oscilou entre a quarta e a quinta posições até ele entrar na água. Sua performance garantiu a medalha para a natação brasileira, coroando uma geração de sucesso. “Temos entre 103 e 104 milhões de negros no país e eu sou o único nadador negro do Brasil a ganhar uma medalha olímpica. Foi um feito único”, lembrou o agora ex-nadador.

Dezesseis anos depois da glória em Sidney, confessa que o acaso o ajudou em alguns momentos. “Quando olho para trás, vejo que eu era um cara que tinha tudo para ter desistido, mas consegui seguir em frente e conquistar um sonho não só meu, como de minha família. Conteí com ajuda de muita gente; de pais de outros atletas que faziam até rifa para pagar passagem e hospedagem. A conquista olímpica veio muito disso: lutar, perseverar, acreditar, mesmo não tendo tanta coisa para acreditar”, disse.

A questão para quem vive de esporte amador é o apoio. “Eu cheguei ao ponto de estar pagando para nadar. Conteí com ajuda de muita gente para continuar. Tenho amigos que, tecnicamente, eram melhores que eu na juventude, mas não conseguiram prosseguir. Isso tudo porque tiveram que escolher entre o esporte e os estudos. Eu consegui conciliar isso, mesmo não tendo tantos resultados expressivos no início”, revelou Valério que, mesmo aposentado, ainda participa de competições na categoria master e tem dois projetos em clubes sociais em Salvador. Um na Assalba, em Itapuã, outro na Adelba, em Patamares. “Os clubes sociais no estado estão acabando. Nadei competitivamente durante 30 anos. Quero passar um pouco do que aprendi para outros atletas”, finalizou.

Esperança de medalha no boxe

A falta de apoio e estrutura é assunto de debate entre os atletas do estado. No boxe, a realidade é um pouco diferente. Com o caminho que Popó percorreu nas lutas, tendo sido tetracampeão mundial na modalidade em duas categorias diferentes, a Bahia é uma potência na modalidade no Brasil.

O pugilista Robson Conceição, que irá representar o Brasil nos Jogos Olímpicos, endossa esse coro. “Em questão de estrutura, a Bahia precisa melhorar bastante, principalmente o apoio. Mas estamos melhor que há três anos”. Robson recebe apoio do governo do Estado, que não é suficiente, mas “é melhor que nada”, admite. “Mas em termos de material humano e treino, a Bahia não deve nada para outros estados”, comenta Robson.

Diferentemente de Valério, Robson ainda tem muita lenha para queimar profissionalmente. Aos 27 anos, o pugilista irá participar de sua terceira Olimpíada. Além do Rio, ele atuou nos Jogos de Pequim (2008) e Londres (2012). Mas ele não foi tão bem. Em ambos os torneios, foi eliminado na primeira luta, justamente por atletas da casa - Yang Li, em 2008 e Josh Taylor, na última.

O objetivo de Robson desta vez é fazer diferente e conquistar o ouro olímpico lutando no seu país. “Eu que sou o adversário da casa. Tenho tido bons resultados em todas as competições que participo. Estou treinando muito para ganhar o ouro”, proje-

tou o lutador, que representará o Brasil na categoria leve, até 60 quilos.

Os últimos resultados realmente credenciam o baiano a disputar o lugar mais alto do pódio no Rio de Janeiro. Prata nos Jogos Pan-Americanos de Guadalajara, em 2011, ele teve seu melhor resultado em 2015. Robson superou as expectativas e levou o bronze no Campeonato Mundial da modalidade, realizado em Doha, no Qatar, resultado que serviu para classificá-lo para as Olimpíadas.

Mas a classificação veio com contornos dramáticos. No Mundial, ele teve que fazer uma luta para definir quem participaria dos Jogos Rio 2016, pois apenas três atletas teriam direito a vaga. No combate, foi derrotado, ficando assim com a quarta colocação, resultado que não tirou seu bronze - a luta só valia para definir quem iria para as Olimpíadas. No entanto, Albert Selimov, do Azerbaijão, já havia garantido sua participação no Rio de Janeiro, abrindo caminho para o baiano. Ansioso para sua estreia olímpica em casa, Robson já sabe a fórmula



la para não ser eliminado de primeira. “Eu estou treinando um pouco mais forte. Principalmente contra-ataque”, revelou.

Remo e Renascimento

Representando os paratletas, o remo baiano tem um forte candidato a medalha nas Paralimpíadas: Renê Pereira, remador da categoria ASN, no skiff individual. Estreante em Jogos Olímpicos, ele já conseguiu uma marca. Em 2015, com o sétimo lugar no Campeonato Mundial, na França, se tornou o único paratleta brasileiro a conquistar a vaga nas Olimpíadas com um ano de antecedência.

Para sua primeira participação no evento, Renê se diz focado, com grande expectativa, mas se diz preocupado com o excesso de confiança depositado nele. “As perspectivas são as melhores possíveis. Mas por parte minha existe uma grande cobrança, por ser em casa e por querer um bom resultado. Pelo lado da Confederação também há um excesso de expectativa depositada em nós. Isso às vezes é bom porque, mesmo cansado, nos estimu-



Edvaldo Valério foi o único nadador brasileiro negro a ganhar uma medalha nas Olimpíadas.

Divulgação



Eliminado na primeira fase nas últimas duas Olimpíadas, Robson não quer ser o saco de pancadas no Rio 2016

Dudu Assunção/Labfoto



Renê Pereira já praticou vários esportes, mas a chance de uma medalha olímpica é no remo.

la. Porém, há um nervosismo, pela expectativa exacerbada”, ponderou o atleta de 35 anos.

O esporte, aliás, está presente na vida de Renê desde a adolescência. Ele já praticou modalidades como natação, tênis de mesa, futebol e karatê. Mas, um problema neurológico o colocou numa cadeira de rodas. Estudante de medicina na época, quando era residente em ortopedia, uma doença na medula (um abscesso intracanal medular) o acometeu, fazendo-o sentir dores incapacitantes. As crises eram constantes. Numa dessas, perdeu o movimento de uma das pernas. Após horas tentando diagnosticar o problema, as duas pernas já não respondiam. “Fiz uma cirurgia, mas acabei ficando paraplégico”, contou.

Faixa preta de karatê, o remador teve sua primeira experiência no futebol. “Em Itapetinga [sua cidade natal], passei na peneira do Vitória. Tive também a oportunidade de participar da Copa São Paulo de Futebol Júnior. Eu jogava pelo Itaperuna (RJ). Foi nessa época que passei em Medicina”. Foi aí que veio o dilema: competir ou estudar? “Fiquei na dúvida. Mas também por pressão dos meus pais, segui os estudos”, contou.

Após isso, Renê fez pós-graduação em Medi-

cina do Esporte e, atualmente, exerce a função de psiquiatra. Após a lesão, se jogou de vez na carreira de atleta, mesmo tendo a vida paralela nos consultórios. “Nunca havia me permitido ser um esportista de ponta, em virtude de meus pais baterem sempre na tecla do estudo. Isso me impediu um pouco. Talvez no futebol eu pudesse ter me destacado mais antes. Com a lesão medular, tive a liberdade de dizer que o esporte iria me reabilitar”, frisou.

Atual campeão brasileiro na categoria, Renê já foi medalha de ouro no Campeonato Internacional de Gavitati, e em outro torneio em Turim, além de ter conseguido a quinta colocação na Copa do Mundo de Remo. Todos esses torneios foram realizados na Itália.

Para ele, a Olimpíada não pode trazer apenas uma conquista pessoal que falta em sua estante. “Espero que, pelo fato dos Jogos Olímpicos acontecerem aqui, o esporte possa ser mais difundido. Em 2014 tivemos a Copa. Talvez esse ciclo Copa/Olimpíada ajude a melhorar isso. E espero que os deficientes também entrem nessa onda. O esporte me ajudou demais a querer viver”, finalizou. ●

Edvaldo Valério Silva Filho é um ex-nadador baiano, nascido em Salvador. Em 2000, o velocista ganhou a medalha de bronze no revezamento 4x100 m livre, junto a Fernando Scherer, Gustavo Borges e Carlos Jayme. Ele é o único nadador negro a ter conquistado um pódio olímpico.

Robson Donato Conceição é um pugilista baiano que treina na Academia Champion, do treinador Luiz Dórea. Participou das Olimpíadas de 2008 e 2012. Medalha de bronze no Mundial de Boxe, ele disputará os Jogos pela terceira vez. Após o evento, ele pretende se profissionalizar no esporte, aos 27 anos.

Renê Pereira é baiano e disputará sua primeira Paralimpíada, aos 35 anos. Sétimo colocado no último Campeonato Mundial e atual campeão brasileiro no remo, ele é formado em medicina, pós-graduado em medicina do esporte e atualmente é psiquiatra. Desde os 25 anos está em cima de uma cadeira de rodas, graças a uma lesão medular. Ele também é faixa preta de karatê e atuou nas divisões de base do Vitória.



Atletas do Vitória FA treinam em campo de grama.

Reprodução Facebook

Futebol americano na terra do acarajé

Vitória FA é único time da modalidade em Salvador

Helena Mafra

O apoio ao esporte em Salvador ainda é precário, tanto para amadores quanto para profissionais. A cidade não conta com instalações adequadas para receber atletas e praticantes. A dificuldade aumenta quando se trata de um esporte ainda em crescimento no Brasil, como é o caso do futebol americano. O Super Bowl 49 - final do torneio nacional nos EUA -, por exemplo, teve em 2015 uma audiência de 500 mil em território

brasileiro, de acordo com o Ibope. O crescimento é grande, visto que em 2014, na edição 48, o número de telespectadores foi 84% menor. Essa é a prova de que o futebol americano (ou football, como é conhecido em sua terra natal, os Estados Unidos) vem se difundindo nacionalmente nos últimos anos. Em Salvador essa realidade não é diferente. Atualmente, o único time da modalidade na capital baiana - e no estado - é o Vitória Futebol Americano.

A equipe é resultado da fusão de dois times diferentes: Vitória All Saints e Salvador Kings. A prova de que o esporte ainda é amador na Bahia

está no fato de que um jogador acumula também a função de dirigente. Trata-se de José Máximo, diretor de Comunicação e atleta do clube. “As diretorias dos antigos times se reuniram em 2014 e decidiram mesclar os dois para desenvolver uma equipe mais competitiva e melhor estruturada”, explica. Os atletas começaram a praticar o esporte na areia, como forma de brincadeira. Ao adquirirem experiência e equipamentos, conseguiram iniciar a prática na grama em modo fullpad - em que estão totalmente equipados, incluindo itens como capacete e protetor de ombro.

Única parceria e dificuldades

Por jogar num estado sem tradição na modalidade, o Vitória FA teve alguns empecilhos. No entanto, a parceria com o Esporte Clube Vitória auxilia a equipe em alguns desses problemas. A diretoria do Rubro-negro baiano disponibiliza locais para treinamento e cede sua marca para o time. Para Luciano Araújo, presidente do clube, essa ajuda já é significativa. “Por hora, o Vitória tem nos ajudado com a cessão de imagem para marketing, empréstimo do campo de barro para treinos, uma pequena ajuda de custo à equipe e networking com parceiros do clube nas aquisições do time de futebol americano”, revela. “A parceria vem crescendo ano a ano, num relacionamento de confiança mútuo feito através do diretor de esportes olímpicos, o Mário Ferrari”, completa.

Mesmo com a parceria com o Vitória, a equipe enfrenta dificuldades para poder praticar a modalidade, muito por conta da estrutura defasada que a capital baiana disponibiliza. “A Bahia é carente na oferta de possibilidades esportivas para sua população. Além dos campos de várzea oferecidos ao futebol tradicional e aos “babas de finais de semana”, pouquíssimas estruturas são observadas para outros esportes”, reclama o paulista Araújo. José Máximo compartilha dessa opinião. “Salvador é uma cidade com estrutura precária. Há poucas praças e campos com espaço para um ato esportivo”, reclama. Treino em campos de barro, por exemplo, traz maiores riscos de lesões e hematomas aos atletas. Hoje, com 80 atletas, o time ainda treina num espaço deste tipo: o Campo do Perônio, no Barradão. Esse treinamento acontece aos domingos, pelo período da manhã. Nas quartas-feiras, o encontro acontece na Arena Salvador, à partir das 22h.

Embora já estejam atuando de forma profissional, os atletas ainda encontram dificuldade em se equipar adequadamente. Por ser um esporte mais presente em outros países, há dificuldade em encontrar todo o equipamento necessário em Salvador. “Os equipamentos são específicos, a maioria importados. Grande parte das compras é feita pela internet, de sites americanos, o que faz com que a variação do dólar e a grande carga tributária atrapalhem”, diz Máximo.

Problemas no calendário

Como o Campeonato Brasileiro só acontece no segundo semestre, o time tem dificuldades para jogar na parte inicial do ano. Alguns amistosos pontuais são realizados, mas não há uma agenda fixa de partidas. “Com exceção do estado de Pernambuco, que tem seis times atualmente e capacidade de organizar um campeonato local no primeiro semestre, todos os demais times do Nordeste utilizam o primeiro semestre para preparar a equipe para o campeonato nacional, realizando condicionamento físico, apresentando o plano de jogo e introduzindo novos atletas”, comenta o presidente do clube.

Apesar de tantos obstáculos, o clube conseguiu se classificar em quinto lugar no Campeonato Brasileiro de Futebol Americano, em 2015. Em 2016, o time se prepara para chegar às finais do torneio. Para Máximo, a torcida foi peça importante na última campanha de destaque do Vitória FA. “Tivemos uma recepção muito positiva. A torcida do Vitória abraçou o time. A média de público foi muito boa, cerca de 600 pessoas torcendo e vibrando junto com a equipe”, comemora.

Falta de federação não atrapalha

A maioria dos esportes no Brasil tem federações, que são responsáveis por regulamentar e organizar cada modalidade. Quando os clubes tem problemas, podem se reportar a essas entidades. No Brasil, há a Confederação Brasileira de Futebol Americano (CBFA). Na Bahia, porém, não existe esse órgão. Para se ter uma federação estadual, é necessário existir, pelo menos, três clubes com CNPJ ativos. Atualmente no estado só existe o Vitória FA.

Para Luciano Araújo, no entanto, essa inexistência não atrapalha. “No momento, a falta de uma federação até ajuda, pois deixamos de ter o fator político dentro do esporte. Além disso, acredito sinceramente que não é o momento de termos uma federação de futebol americano na Bahia”, opina. Apesar não existir este tipo de entidade, o Vitória FA conta com o apoio da Liga Nordestina de Futebol Americano (Linefa), que regula as competições regionais. O vice-presidente do clube, Thiago Silva, é o primeiro secretário da entidade.

Araújo atribui também à essa falta de federação, o fato de o esporte ter um viés amador. Como o futebol americano ainda é recente no Brasil, muitos dos dirigentes são apenas entusiastas do esporte. “O futebol americano no Brasil é basicamente feito por entusiastas e amantes do esporte, que fazem esse trabalho voluntariamente, o que acaba trazendo um determinado nível de amadorismo às equipes, que é natural no processo de amadurecimento das pessoas e dos times envolvidos”, pondera. Contudo, ele considera que essa situação deve ser temporária. “No meu entendimento, uma federação não pode conceber ou consentir com essa possibilidade [de amadorismo], logo tem que ser algo maduro, conduzido por gestores maduros e que trabalhem para o bem do esporte”, finaliza.

Matheus Buranelli/Labfoto

Internet.org posto contra a parede: dar acesso à internet ou patentear até as bananas?

Patenteando bananas

Você quis dizer: Internet.org



Júlia Vigné

O Internet.org é uma iniciativa do Facebook lançada em 2013 - em parceria com Ericsson, Mediatek, Opera, Samsung, Nokia e Qualcomm - que busca, segundo afirmam, ampliar o acesso à internet no mundo. Mas há controvérsias. De acordo com a empresa, esta parceria reúne organizações sem fins lucrativos, comunidades locais e especialistas em tecnologia para conectar os dois terços da população mundial ainda sem acesso à internet. O Internet.org está disponível para mais de 1 bilhão de pessoas em 38 países da Ásia, África e América Latina. O projeto oferece um aplicativo com um pacote de serviços básicos e gratuitos, o FreeBasics, que tem versões limitadas de sites como o Facebook, Messenger e Wikipédia. Se o consumidor quiser acessar outros conteúdos não incluídos neste pacote, precisa pagar.

Em São Paulo, na comunidade de Heliópolis, foi implantado um laboratório de computadores

destinado a empreendedores locais, que são estimulados a usar o Facebook para promover os seus negócios.

Na Índia, onde apenas 20% dos seus 1,2 bilhões de habitantes estão conectados, a proposta de implantação do Internet.org foi rejeitada. Apesar da intensa campanha do Zuckerberg ao redor do seu aplicativo “My Rights” (Meus Direitos), para ajudar as indianas em casos de violência doméstica, o Telecommunication Regulatory Authority of India (TRAI) - órgão regulador do setor de infraestrutura e telecomunicações - o vetou por ferir o princípio de neutralidade da rede.

Neutralidade da rede

Após a presidente Dilma Rousseff anunciar juntamente a Mark Zuckerberg, em abril do ano passado, que o Internet.org seria implantado no Brasil em junho do mesmo ano, o Ministério Público Federal (MPF) emitiu uma nota advertindo sobre a iniciativa do Facebook. “Trata-se de propaganda para a venda de acesso à internet com roupagem de acesso livre à rede”, afirmou o órgão, chamando atenção para o desacordo entre o projeto e o princípio de neutralidade da rede, presente na lei 12.965/14, conhecida como Marco Civil da Internet, que regula o uso da internet do Brasil. Para o MPF, “o objetivo [do projeto] é promover, para milhões de potenciais consumidores ainda alheios à internet, o Facebook e todos os produtos vendidos por seus parceiros, e somente eles”. A neutralidade da rede determina requisitos para a prestação de serviços de internet, como ser destinado a uso público e irrestrito, sem distinção de conteúdo ou origem e sem aumento do preço da conexão.

Para os opositores do Internet.org, o FreeBasics reduz a concepção do que seja internet para um conjunto limitado de sites e aplicativos que estão de acordo com os valores e interesses do Facebook e seus parceiros. Haveria uma censura dos conteúdos a serem disponibilizados. Em uma carta enviada ao Comitê Gestor da Internet (CGI), a empresa se defende: “O Facebook é um grande defensor da neutralidade da rede. O Internet.org fornece aos seus usuários acesso a um conjunto aberto de serviços, aumentando a percepção acerca do imenso valor da Internet e, assim, servindo como porta de entrada para pessoas que de outro modo não teriam acesso à rede”.

V Fórum da Internet no Brasil

O CGI promove o Fórum da Internet no Brasil e conta com a participação de setores governamentais, empresas, acadêmicos e entusiastas para debater sobre a rede no país e no mundo. Na sua

“Internet.org é, na verdade, o acesso a algumas aplicações”
Flávia Lefèvre

quinta edição, realizada em junho de 2015, em Salvador, o Internet.org foi pautado pela reunião, que contou com a presença de Haitam Naser, da Secretaria de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Bruno Magrani, Diretor de Relações Institucionais do Facebook no Brasil, representantes do Ministério das Comunicações, do CGI e do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes) e muitos interessados no desenvolvimento da internet no país.

O Marco Civil da Internet e a regulamentação da neutralidade da rede são pontos de debate em relatório divulgado no site do Fórum. “Estamos estudando o Internet.org, por conta da questão da neutralidade da rede e aspectos como privacidade e direito do consumidor”, afirma Naser, após lembrar que não há nenhum acordo entre o Governo Federal e o Facebook, embora a presidenta tenha sinalizado a implantação do Internet.org no Brasil.

Veridiana Alimonti, do Coletivo Intervozes, avalia que iniciativas como o Internet.org vão na contramão do caminho que se quer. “São estatísticas manipuladas que estimulam modelos de negócios em que a universalização não é de fato o foco, pois existirão milhões de pessoas conectadas ao Internet.org em vez de, de fato, estarem conectadas à Internet.” Flávia Lefèvre, conselheira do CGI.br, adicionou: “[o Internet.org] vende por Internet alguma coisa que não é Internet. É, na verdade, o acesso a algumas aplicações”. Também conselheiro do CGI, Demi Getschko, explica que o projeto pode ser aceito, desde que seja apresentado como o que é: acesso a um grupo de sites, não à internet.

Mais conexão ou mais dinheiro?

O objetivo do Facebook, que tem pouco mais de 1 bilhão de usuários, é dobrar este número em cinco anos e alcançar três bilhões de pessoas conectadas em dez anos. Aumentar o número de usuários do FreeBasics significa, quase automaticamente, ganhar usuários para o Facebook. Como as duas plataformas compartilham a mesma política de dados e informações sobre os usuários, a empresa se vale disso para aumentar a renda.

Em resposta ao CGI, Bruno Magrani afirmou: “o Facebook não compartilha nenhuma informação de identificação individual. Nossos parceiros de conteúdo devem se comprometer a respeitar os termos de uso do Internet.org e a legislação aplicável”. Durante a fala de Magrani, manifestantes subiram ao palco com cartazes contra o projeto. “Internet.org é falsa inclusão digital. Não é ‘internet’ nem ‘org’”. Basta saber se o real interesse do Facebook é conectar o mundo ou patentear até as bananas.

Maré de obstáculos

Moradores de Itaparica enfrentam dificuldades na travessia Mar Grande - Salvador



Divulgação: Astramab

No pier passageiros embarcam na lancha para fazerem a travessia.

“O ônibus atrasou!”. “O ônibus está lotado!”. “Passei horas no engarrafamento!”. Reconhece essas frases? Agora acrescente: “A maré está baixa!”. “A travessia foi suspensa!”. “O mar está jogando!”. Estas são as principais preocupações dos moradores de Itaparica que trabalham ou estudam na cidade de Salvador. Além de ficarem à mercê da maré - as lanchas correm o risco de encalhar e a travessia é suspensa até a maré encher - os moradores de Mar Grande reivindicam a prioridade do embarque no transporte em dias que antecedem e procedem os feriados e finais de semanas. Gerente da Concessionária Vera Cruz - uma das empresas responsáveis pelas lanchas -, Cremilson Paixão afirma que a preferência no embarque já existiu, mas Jacinto Praga, presidente da Associação dos Transportadores Marítimos da Bahia (Astramab), diz que “operacionalmente é inviável estabelecermos prioridade de embarque exclusiva para os moradores da cidade de Vera Cruz”. “O sistema é de todos: moradores de Vera Cruz, Barra do Gil, Barra Grande, Cacha Pregos, Itaparica”, argumenta. Entretanto, a travessia oferece prioridade, sim, para idosos, gestantes e pessoas com deficiências locomotoras, todas previstas em lei.

O terminal do Comércio foi recentemente reformado, mas passageiros ainda reclamam que não há sala de espera para aguardar o embarque. Os usuários argumentam que o espaço para bilheteria é pequeno e, em tempos de grande fluxo de pessoas, formam-se grandes filas e passageiros acabam ficando do lado de fora do terminal. O supervisor representante da Socican, empresa que administra o terminal, Luiz Augusto Britto, diz que “o proble-

ma no Terminal do Comércio é físico e não há como expandir se não há espaço para isso” e que a preocupação com as grandes filas só é necessária nos meses de dezembro e janeiro, quando o número de usuários do sistema cresce, pois com o fluxo normal o terminal atende bem à demanda.

Passageiros reclamam, ainda, das condições físicas de algumas lanchas e do incômodo barulho para aqueles que fazem a travessia perto dos motores da embarcação. Eles se queixam também dos vendedores ambulantes e de religiosos que usam o trajeto para pregar em alto e bom som. Sobre manutenção das embarcações, os operadores dizem seguir rigorosamente as normas de estabelecidas pela Marinha do Brasil, através da Capitania dos Portos. Toda a frota é submetida a um programa de manutenção anual, segundo Jacinto Praga. Quanto às pregações religiosas incômodas de alguns passageiros, o presidente da Astramab afirma buscar medidas para coibir a prática. “Estamos tentando evitar essa ação [dos vendedores], buscando uma forma para inibir o fato, mas alguns compram passagem, embarcam normalmente, e já no trajeto começam a fazer os sermões, argumenta.

Os impasses da meia passagem

A Deputada Estadual Maria Del Carmen (PT), em parceria com a Associação de Estudantes de Itaparica (AEITA) apresentou em 2013 um Projeto de Lei que concede o direito a meia passagem aos estudantes em todo o sistema hidroviário do Estado. Segundo Adriano Alcântara, da AEITA, o projeto em tramitação na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) já foi aprovado pela Comissão de

Constituição e Justiça da Casa. Caso receba aprovação em mais duas comissões, a proposta seguirá para o plenário da AL-BA, onde será apreciada pelos deputados. Se aprovada, a lei beneficiará estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino fundamental, médio, técnico, superior e pós-graduação da rede pública e privada reconhecidos pelo Ministério da Educação.

A travessia de Salvador para Mar Grande custa R\$ 6,60, dos quais R\$ 5,30 são relativos à passagem e R\$ 1,30 à Taxa de Utilização do Terminal cobrada pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (Agerba). No sentido contrário o custo é de R\$ 5,30, pois o píer onde as lanchas atracam não pertence ao governo do Estado.

A implementação da meia passagem será de grande ajuda, pois o custo é alto para os estudantes que fazem a travessia diariamente. Este é o caso da estudante de Direito da Faculdade Ruy Barbosa, Isadora Santos Amorim Silva, 23 anos, que começa sua jornada com uma caminhada de 10 minutos até o terminal marítimo, faz a travessia Mar Grande/Salvador e pega um transporte coletivo dentro da cidade para ir à faculdade. Entre ida e volta, a estudante tem um custo diário de R\$ 15,20, o que gera despesa de R\$ 304 por mês, quase 35% do salário mínimo atual, de R\$ 880.

“nossa maior conquista foi a criação de uma organização estudantil que pensa em conjunto e luta pela melhoria do nosso município”

José Livramento Silva

Estudantes se organizam

Fundada em 2013, a Associação de Estudantes da Ilha de Itaparica (AEITA) foi considerada de Utilidade Pública Municipal em Vera Cruz em 2015. A princípio, o objetivo da associação era reivindicar melhores condições de acesso e permanência na universidade dos jovens da ilha que estudavam em Salvador. Hoje, a AEITA ampliou seus projetos com ações sociais, ambientais e humanitárias como o “Vera Cruz quer ler”, que recolhe e faz doações de livros; arrecadação e doação de alimentos e artigos de vestuário para a população carente; e iniciativas de conscientização ambiental, tais como palestras e disponibilização de lixeiras para coleta seletiva.

A associação trabalha também pela implementação de um polo universitário no município. Adriano Alcântara afirma há negociações com a Universidade Estadual da Bahia (UNEB) para implementar um campus na cidade. José Livramento Silva Neto diz que “nossa maior conquista foi a criação de uma organização estudantil que pensa em conjunto e luta pela melhoria do nosso município. Por isso, o lema da nossa Associação é ‘AEITA - Juntos somos mais fortes, juntos podemos mais!’”.



Lizandra Santana/Labfoto

Virando o disco



Apesar das dificuldades e altos custos de prensagem, consumidores e artistas voltam a optar pelo bolachão

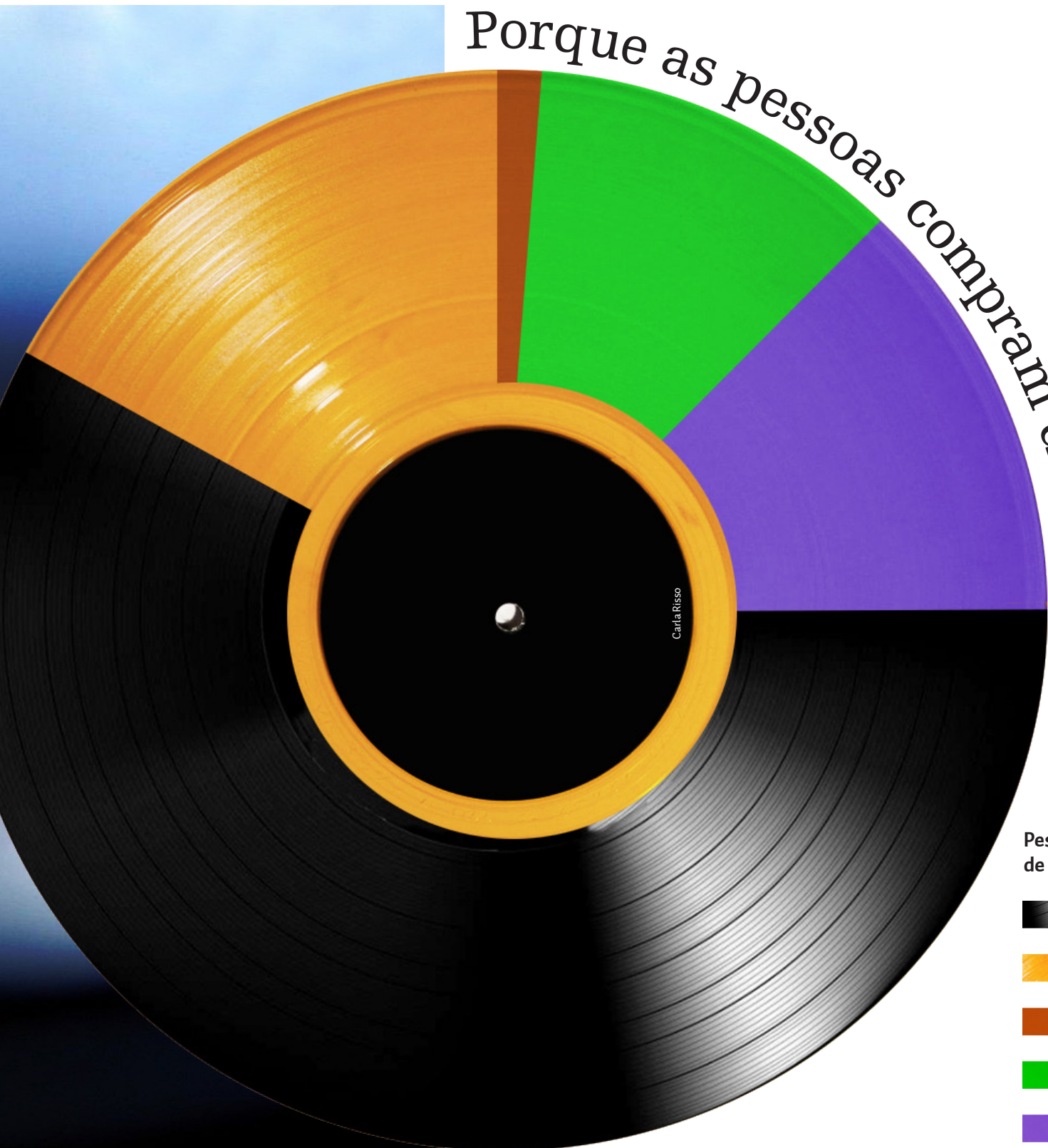
Paula Holanda

Pode-se dizer que é no mínimo curioso ler que, em plena era do streaming, a venda de discos de vinil nos Estados Unidos gera mais receita do que Youtube, Spotify e VEVO juntos. Ou que o vinil mais vendido das últimas duas décadas - “Lazaretto”, de Jack White, vendeu cerca de 40 mil cópias só na semana de lançamento - seja um álbum de 2014. Ou ainda que, segundo Manuel Jorge Dias, criador do Casarão do Vinil (acervo paulista com mais de 700 mil bolachas), “havia um pessoal se estapeando por três discos do Pink Floyd” à venda numa banquinha exposta no Lollapalooza 2016. De qualquer forma, é inegável afirmar que o formato vem recuperando seu espaço na indústria fonográfica.

Atualmente, a única fábrica de vinil da América Latina é a Polysom, que prensa 40 mil discos mensalmente e se encontra no município de Belford Roxo, no Rio de Janeiro. Em Barra Funda, distrito da zona oeste de São Paulo, as prensas abandonadas da gravadora Continental foram retocadas para servir de equipamento para uma nova fábrica, a Vinil Brasil, que surgirá sob a promessa de quadruplicar a produção de vinil no país e terá capacidade para até 140 mil discos por mês. Por conta da escassez de opções nacionais, as bandas brasileiras usam as fábricas estrangeiras, mas além dos impostos, essa solução torna-se pouco viável devido à dificuldade de transporte - os discos de vinil são frágeis, não podem ser empilhados e precisam ficar longe de mofo e poeira.

Luiz Calanca, dono da Baratos Afins, loja de discos e selo paulistano responsável por repensar a discografia dos Mutantes em 1984 e lançar o primeiro disco solo de Arnaldo Baptista, conta que poucos artistas conseguem prensar vinil por conta dos altos custos. Segundo ele, o preço unitário da fabricação do disco é de R\$20,00, enquanto o do CD é de, em média, R\$2,50. Como forma de contornar gastos exacerbados, os artistas conseguem apoio integrando selos independentes, como as sete bandas paulistas (entre elas, O Terno e Mustache & Os Apaches) que decidiram compor Risco, um selo próprio que tem como objetivo principal o lançamento de seus álbuns em vinil. A união de vários selos para prensar um único álbum também ocorre, como foi o caso do disco “Bem Vindos Ao Fim Do Mundo”, da banda sergipana Karne Krua,

Porque as pessoas compram discos



Pesquisa realizada com 320 pessoas de faixa etária entre 15 e 35 anos

- sentem-se atraídas pelos elementos visuais (capas, selos, encartes, posters)
- sentem prazer com o ritual de ouvir um vinil e/ou da nostalgia proporcionada
- exercem uma profissão ligada ao vinil
- acreditam que a qualidade sonora do vinil é superior a de outras mídias
- gostam de ser donas dos álbuns que escutam em diversos formatos físicos

lançado em vinil graças ao financiamento coletivo de 12 gravadoras (oito brasileiras e quatro europeias) que quiseram celebrar os 30 anos do grupo.

O alto custo de prensagem acaba gerando um alto custo de venda. Considerando os direitos autorais e a margem de lucro das lojas, um vinil novo custa, em média, R\$90,00. Álbuns clássicos podem ser encontrados a preço de banana em sebos e feiras, e 42,8% dos consumidores consultados em pesquisa preferem comprar discos usados. Dentre as características que conferem valor às bolachas, estão a tiragem e o ano de prensagem. Álbuns que foram menos prensados geralmente são mais caros por serem mais difíceis de se encontrar em circulação. Suas versões antigas são mais caras do que as remasterizações mais recentes, visto que são sonoramente

mais fiéis às cópias originais - quanto maior o intervalo de uma prensagem e outra, maior a divergência entre os equipamentos utilizados para cada masterização. É comum que as lojas tenham discos de preços bastante divergentes, variando entre R\$5,00 a R\$200,00 (discos mais raros chegam a custar mais de R\$1.500,00). O produtor cultural Big Boss, que vende e coleciona discos de punk e hardcore, acredita que a alta variação de preços é capaz de atrair diferentes tipos de consumidores: desde o adolescente que acaba de dar início à sua coleção até o colecionador que consome vinil há décadas.

Contrariando o senso comum, os motivos que levam uma pessoa a colecionar discos nem sempre são sonoros. “Além de favorecer dados e fichas técnicas, o vinil valoriza mais fotografias e ilustrações,

o que não acontece em outros formatos físicos ou nos serviços de streaming”, afirma Cláudio Tatera, 59, dono da loja de discos Art Rock, de São Paulo. Quase 43% dos consumidores de vinil revelam que o que mais os motiva a comprar um disco são elementos visuais (artes de capa, encartes, selos), enquanto apenas 11,7% opta pelo formato por acreditar que a qualidade do som é superior à de outras tecnologias de armazenamento. O consumo do vinil não necessariamente compromete outros tipos de mídia: aproximadamente 14% dos colecionadores afirmam comprar discos por gostarem de ter seus álbuns preferidos em diversos formatos físicos. “O vinil não retorna como mídia competitiva, mas como mídia alternativa”, pontua o comerciante e produtor cultural Antônio Portela.

Reestruturação botânica de Salvador precisa de planejamento

Após morte de ambulante por queda de árvore, prefeitura retira espécies e gera polêmica em torno da decisão.

Miria Cachoeira

A morte da ambulante Berenice Ferreira Rodrigues, de 80 anos, devido à queda de uma árvore em 22 de Janeiro deste ano, na Avenida Tancredo Neves, levantou a problemática da constante verificação das condições físicas das árvores na cidade, em especial para as da espécie ficus, a mesma que vitimou a ambulante.

O processo de reestruturação botânica de Salvador está mudando a paisagem da cidade. “Sinto falta da sombra dos coqueiros nas calçadas da praia de Pituacu à Piatã”, declara Antônio Lázaro, 43, morador da região há nove anos. O secretário de Cidade Sustentável (SECIS) do município, André Fraga, informa que foram plantadas ao menos cem árvores de algodoeiro-de-praia na região de Piatã.

O titular da pasta explica que a Secretaria Municipal de Manutenção (SEMAN) é a responsável pela poda e cortes de árvores na cidade, a partir de laudos, elaborados pela SECIS que avaliam o estado da vegetação. Os cortes e podas acontecem devido à “interferência em sistema aéreo de energia, sistema subterrâneo de água e esgoto, interferência em calçadas, quando afeta estrutura de casas e construções, entre outros”. A reportagem entrou em contato com a SEMAN, não teve resposta até o fechamento da matéria.

A doutora em etnobotânica pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Sueli Conceição, salienta que “antes de haver área urbana existiam as áreas verdes e rios. Durante o processo de urbanização desordenada, não foi avaliado os riscos desta urbanização. Os invasores das áreas verdes ainda reclamam que as árvores causam a destruição das calçadas, pela expansão das raízes. Porém, quando houve a construção dos condomínios habitacionais, por exemplo, não foi avaliado o tamanho das raízes e em quanto tempo elas aumentariam de tamanho”, diz.

André Fraga informa que as amendoeiras, principalmente as da espécie ficus, “não deveriam ser plantadas em nenhum lugar do mundo”, justificando assim a sua retirada das áreas da cidade e a substituição por outras espécies. Para o secretário apenas com análise visual não há como identificar que estão frágeis, o que para a etnobotânica Sueli Conceição, não condiz, pois o problema, para elas, é que a falta de manutenção torna qualquer espécie perigosa.

Segundo pesquisa divulgada em 2010, pela Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBAU), Salvador possuía 28,4% de amendoeiras e apenas 3,32% eram de ficus. Oriunda da Ásia, essa espécie é importante por filtrar as toxinas do ar. Sueli Conceição afirma que “é importante à arborização dos centros urbanos, por causa da quantidade de automóveis que dispersam gás carbônico, nocivo para os seres que dependem de oxigênio para sobreviver. Essas plantas fazem a filtragem desse ar, além de proporcionar sombras”.

Projeto de arborização sem consulta

O Plano Diretor de Arborização Urbana de Salvador – PDAUS foi aprovado pelo prefeito ACM Neto em setembro do ano passado. Porém, não traz especificações quanto ao projeto arborização da cidade. De acordo com o PDAUS, o Guia de Arborização Urbana do Município seria a base para o novo “projeto botânico” que a prefeitura vem implantando. Questionado sobre a divulgação desse projeto para a população, o secretário André Fraga informa que “o Guia é um instrumento do Plano que está sendo desenvolvido por técnicos. Assim que o Plano for aprovado, ira também a consulta pública”, o que é controverso, já que a população deveria ser consultada antes da aprovação do Plano e da implantação do mesmo na cidade.

As amendoeiras pertencem à família das moráceas, a mesma da amora, figo, fruta-pão, entre outras. De acordo com a Lei Orgânica de Salvador, no artigo décimo, para a arborização urbana devem-se utilizar, preferencialmente, espécies nativas regionais e frutíferas.